

PF indicia Pablo Marçal por falsificação de laudo

Ele prestou depoimento de cerca de três horas em São Paulo

Por Karoline Cavalcante

Ao divulgar um laudo falso na disputa eleitoral pela Prefeitura de São Paulo, o empresário Pablo Marçal (PRTB) responderá por dois tipos de crime: a produção do documento e a sua utilização. Ele precisará de uma boa defesa caso deseje se candidatar a cargos futuros. Essa é a avaliação do advogado e analista político Melillo Dinis.

Na última sexta-feira (8), a Polícia Federal (PF) indiciou Marçal por apresentar um laudo falso contra o deputado federal e então adversário na disputa pela prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL), dois dias antes do primeiro turno das eleições municipais de 2024. O investigado prestou um depoimento de cerca de três horas durante a manhã, na Superintendência Regional da PF, na Zona Oeste de São Paulo. Durante o interrogatório, ele negou qualquer envolvimento no caso e afirmou que o suposto documento foi publicado por sua equipe. As informações foram divulgadas pelo portal G1.

Agora, o inquérito policial será enviado ao Ministério Público, que vai analisar se aceita ou não a denúncia. Em análise do cenário, Melillo pondera que Marçal sofrerá as consequências judiciais, mas poderá sair fortalecido entre os seus apoiadores.

“Isso tem uma dupla face: Pablo Marçal vai ter que ‘comer o pão que a justiça vai amassar’ de um lado, e, do outro, isso pode fortalecê-lo junto aos seus adeptos e eleitores, que acreditam que esse tipo de episódio é uma das coisas mais lindas do mundo”, afirmou o advogado.



Divulgação

Marçal é acusado de usar laudo falso para acusar Boulos de usar cocaína

Boulos

Ao Correio da Manhã, Boulos se manifestou por meio de sua assessoria afirmando que o indiciamento “é só um primeiro passo”. “O indiciamento de Pablo Marçal pela PF é só um primeiro passo no combate às fake news abjetas que contaminaram a disputa eleitoral deste ano na cidade de São Paulo”, disse.

Na nota, também mencionou a acusação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de que a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) teria orientado voto no então candidato psolista. A declaração foi feita pelo governador no segundo turno do pleito, ao lado do prefeito reeleito da capital paulistana, Ricardo Nunes (MDB).

“Esperamos que a Justiça atue com firmeza contra esta e

todas as inúmeras mentiras disseminadas ao longo do pleito - incluindo o uso criminoso da máquina pública por Ricardo Nunes e o crime eleitoral cometido pelo governador Tarcísio de Freitas em plena votação do 2º turno da eleição”, acrescentou o deputado.

Na ocasião, a defesa do candidato do Psol entrou com uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral na 1ª Zona Eleitoral do estado por abuso de poder político e por uso indevido dos meios de comunicação. No documento, pediu pela inelegibilidade do governador pelos próximos oito anos e a cassação da chapa de Nunes.

Relembre

Na noite de 4 de outubro, vêpera do primeiro turno das eleições, que ocorreriam no dia 6, Marçal publicou um re-

ceituário médico que vinculava seu adversário, Guilherme Boulos, ao uso de cocaína. A campanha de Boulos então entrou com uma ação na Justiça, pedindo a prisão de Marçal e do proprietário da clínica mencionada. No sábado (5), o Instituto de Criminalística da Polícia Civil de São Paulo concluiu que o laudo apresentado era falso.

O médico José Roberto de Souza foi apontado como responsável pelo documento, mas descobriu-se que ele faleceu em 2022. “Isso vai reverberar tanto no campo da Justiça Eleitoral como também no campo da criminal, porque ele acaba tendo que responder uma série de movimentações movidas pela família do médico, que teve o seu nome utilizado pelo então candidato Pablo Marçal”, pontuou Melillo Dinis.

AGU pede que Enel indenize os consumidores afetados

Por Karoline Cavalcante

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou, na última sexta-feira (8), uma Ação Civil Pública (ACP) contra a distribuidora de energia Enel (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo), visando garantir que a empresa pague indenizações que podem ultrapassar R\$ 1 bilhão aos moradores de São Paulo afetados pelas quedas de energia ocorridas entre os dias 11 a 17 de outubro deste ano.

O documento requer um pagamento de R\$ 260.344.400,00 por danos morais coletivos, o que corresponde a 20% do lucro líquido da Enel em 2023 (R\$ 1.301.722.000,00). Esses recursos seriam destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD). “Como forma de desestimular a conduta de concessionárias de serviços públicos essenciais que optam por reduzir investimentos para elevar seus lucros em prejuízo dos usuários do serviço”, diz a ação.

Compensações

Além disso, solicita indenizações individuais para as unidades consumidoras que ficaram mais de 24 horas sem energia elétrica. O valor mínimo estabelecido é de R\$ 500 por dia de interrupção, por unidade. Com base em dados fornecidos pela Enel e pela Aneel (Agência Nacional de Energia



Paulo Pinto/Agência Brasil

Enel afirma que está investindo para melhorar os serviços

Elétrica), estima-se que cerca de 900 mil unidades foram afetadas por mais de 24 horas, o que pode resultar em um custo mínimo de R\$ 757 milhões com essas compensações individuais.

Esses valores individuais deverão ser pagos por meio de descontos nas faturas de energia dos consumidores paulistanos afetados pelas quedas de fornecimento, “em quantas faturas de energia elétrica forem necessárias para a quitação do valor devido”.

De acordo com a ação, a Enel também terá que fornecer dados detalhados sobre o número total de consumidores atingidos e o período em que ficaram sem energia.

Justificativa

Na justificativa apresentada, a AGU afirma que a companhia deveria estar devidamente preparada para enfrentar falhas no fornecimento de energia, levando em consideração que eventos dessa natureza são comuns neste período do ano.

“Se o risco de eventos climáticos mais severo nesta época do ano é recorrente, provável e previsível, a concessionária tem o dever de considerar esse risco na sua atividade de fornecimento de energia elétrica, criando mecanismos para restabelecer o serviço ao consumidor em prazo razoável, justamente por se tratar de serviço público essencial”, argumenta o órgão.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução

Minc prevê medidas duras contra o planeta

Ex-ministro: eleição de Trump afetará COP 29

Ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc afirma que a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos é um baque muito forte na questão ambiental e vai impactar a COP29, a 29ª Conferência do Clima da ONU, que começa hoje, em Baku, no Azerbaijão. “Essa vitória do Trump é uma ducha de água gelada que, infelizmente, não vai resfriar a febre plane-

tária”, diz o líder do PSB na Assembleia Legislativa do Rio.

Para ele, o futuro presidente norte-americano vai retirar o país da Convenção do Clima, assinada em 1992, que tem o objetivo de diminuir a emissão de gases que provocam o aquecimento global. Deverá também barrar verbas prometidas pelo atual governo dos EUA para o Fundo Amazônia.

Poluentes

Minc também prevê que Trump vai estimular mais a produção e o consumo de petróleo e de carvão, o que complicará ainda mais a situação do planeta. Isso, num momento em que castástrofes naturais despertam a atenção do mundo para a questão das mudanças climáticas.

Imposto global

Segundo ele, a nova situação exigirá a criação de novas fórmulas e estratégias para a obtenção de recursos para a mitigação dos efeitos das mudanças e adaptação energética. Frisa a necessidade de criação de um imposto global sobre transações financeiras.



Julia Passos/Aleij

Deputado cobra investimentos de países ricos

Guerras desviaram atenção do mundo da crise ambiental

O deputado ressalta que as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio desviaram parte da atenção do mundo da questão ambiental, situação que se agrava com a eleição de Trump. Minc lembra que, em COPs anteriores, países em desenvolvimento conseguiram arrancar dos mais ricos compromissos de transferência de muitos

recursos para recuperação de áreas atingidas e adoção de tecnologias limpas. Ressalva, porém, que apenas uma pequena parcela desse dinheiro, cerca de 10%, foi liberada. Países desenvolvidos alegavam falta de projetos e de gestão: “Eles precisam financiar esses gargalos, não temos outro planeta”.

Extradição

Integrante da CPI das Apostas, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) afirma que a Polícia Federal se mobiliza desde sexta passada para encaminhar o pedido de extradição do empresário William Rogatto, preso em Dubai, nos Emirados Árabes, pela Interpol.

Delação

Portinho destaca a importância de uma negociação para que Rogatto, conhecido como o “Rei do rebaixamento”, faça uma delação premiada. Em depoimento por vídeo à CPI, ele afirmou ter manipulado resultados de jogos de diversos campeonatos de futebol no país.

Interesse

O senador diz que, ainda na sexta-feira — quando Rogatto foi detido —, conversou com o diretor da PF, Andrei Rodrigues, sobre o caso. De acordo com ele, o empresário, que tinha três mandados de prisão, já manifestou interesse em “construir uma delação”.

Poder

O assassinato, provavelmente pelo PCC, do empresário Antonio Vinicius Lopes Gritzbach no Aeroporto de Garulhos, em São Paulo, lembra a situação do México e a da Colômbia dos tempos de Pablo Escobar. O ato mostra o poder das organizações criminosas.